



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

03 DE FEVEREIRO
PALÁCIO DA VILA
SINTRA — PORTUGAL

DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMO-
ÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-
MINISTRO DA REPÚBLICA PORTU-
GUESA, SENHOR FRANCISCO PINTO
BALSEMÃO

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Ministro, da República Portuguesa, Francisco Pinto Balsemão:

Muito me honram e lisonjeiam as palavras que Vossa Excelência acaba de pronunciar. Traduzem elas a nímia fidalguia com que os brasileiros, de há muito, são recebidos em Portugal.

Renovo, hoje, a satisfação de nosso encontro no Rio de Janeiro, quando das comemorações do quarto centenário de Luís de Camões, no Real Gabinete Português de Leitura. Juntos celebramos, então, o poeta maior de nossa língua e o símbolo de cultura que marcava orgulhosamente sua presença na Renascença europeia.

Vossa Excelência deixou, entre nós, a imagem de um político lúcido e capaz de influir, com decisão, nos destinos do seu país.

Estar novamente com Vossa Excelência, ora investido na Chefia do Executivo português, redobra-me a satisfação de ser o primeiro Chefe de Estado e de Governo cuja visita o VII Governo constitucional de Portugal recebe.

Os povos brasileiro e português encontram-se ligados por vínculos naturais, sobejamente conhecidos, de história e cultura. Compartilhamos muitos valores, além do patrimônio lingüístico, que tanto contribuíram para a formação da unidade nacional brasileira.

O legado português fundiu-se, entre nós, com outras influências fundamentais, trazidas por povos autóctones ou vindos de outras terras. Todos nos juntamos na construção do País. Amoldadas às condições locais, essas influências cinzelaram o perfil próprio dos brasileiros, onde as superposições ou justaposições culturais encontraram nova harmonia que, a justo título, nos envaidece.

No plano interno, essa vocação pluralista manifesta-se na busca incessante do ideal democrático, único conducente à realização dos legítimos anseios de todo o povo. No plano externo, temos espontânea disposição para melhor convívio com as demais nações.

Agimos imbuídos da crença inabalável de que todos os países têm o direito de se realizar plenamente no seio da comunidade internacional. No entanto, a concretização desse ideal está, ainda, distante. Perpetuam-se desníveis de riqueza e de poder, concentrando-se o processo decisório nas mãos de poucos, que já deram prova de incapacidade nas tentativas solitárias de ordenar o Mundo. Sucedem-se as crises e acirram-se as tensões, ao arrepio das normas do bom convívio internacional.

Buscamos, portanto, normas que definam com clareza a possibilidade de instauração de uma nova ordem internacional, fundada em princípios de equidade e de justiça. Ordem que reflita, com maior adequação, a contribuição dos países em desenvolvimento ao processo econômico internacional. Ordem que dê conta das responsabilidades históricas pelo desenvolvimento e que saiba incorporar a difícil problemática de nossos dias.

A situação requer medidas urgentes. Não há espaço para delongas e tergiversões. Temos diante de nós um calendário de encontros, todos significativos, todos estratégicos, para definir situações, para encaminhar negociações, para propor mecanismos de solução de impasses históricos, para avaliar frustrações de muitos anos.

Os países desenvolvidos, que se mostraram tão intransigentes na História, tiveram a iniciativa de alguns destes encontros. Esperamos que, com essa iniciativa, venha também a vontade política real de negociar e cooperar com os países em desenvolvimento.

Os Governos brasileiro e português compartilham numerosas aspirações e ideais. Partem em suas políticas externas de uma sólida defesa de princípios, voltados para a construção de um modo mais seguro e mais justo, despido de hegemonias e de blocos excludentes nas áreas de decisão. Ambos defendem a intensificação do intercâmbio, a necessidade de cooperação internacional mais ampla. Ambos lutam pela instauração de uma era de paz.

Portugal e Brasil estão também ligados pela participação num mesmo universo de valores ocidentais. Penso que os portugueses, como os brasileiros, afastam-se da concepção restrita, estática e defensiva do que seja Ocidente.

Os valores ocidentais, que moldaram a nossa civilização, não são propriedade de um país ou de uma ideologia. Ao contrário, constituem meta e meios de organização social. Constituem suporte filosófico para a fidelidade ao diálogo e à tolerância; constituem o cerne da crença na igualdade, no pluralismo e na democracia. Além disto, são proposta de transformação e de progresso em que todos participam.

O Ocidente é essencialmente proposta de democracia e projeto de igualdade e de justiça social, com respeito à individualidade e aos condicionamentos de cada país. Confiná-lo a uma dimensão estratégica, em benefício de posições específicas, como forma de aglutinação forçada de compromissos, é restringir o conceito e convidar à desconfiança e à tensão.

Uma análise não egoística dos valores ocidentais revela que o Ocidente repele as injustiças sociais, e, por isto, quando os transpor para a vida internacional, devem ser um motivador incessante de equilíbrio e harmonia entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos. O Brasil, como país do Terceiro Mundo de inequívoca dimensão ocidental, acredita que as diferenças que separam os países pobres e ricos são superáveis, desde que o Ocidente esteja disposto a pautar-se por seus próprios ideais de progresso e de justiça para todos, sem discriminação. É preciso afastar definitivamente idéia do conflito necessário entre o Terceiro Mundo e o Ocidente, mito que apenas encobre anseios localizados de perpetuação de um estado de desequilíbrio e injustiça.

Senhor Primeiro-Ministro,

Temos pois uma variedade de fatores que constituem a urdidura e a trama da estreita malha de relações

entre o Brasil e Portugal, nos mais variados campos e atividades. Múltiplos são os setores em que nossos interesses podem entrelaçar-se, com reais possibilidades de êxito.

Cumpra a nossos povos, mediante o necessário apoio governamental, dinamizar o intercâmbio bilateral, nos campos da economia, da cultura, da ciência e da tecnologia. Para tanto, criamos, através dos tempos, amplo mecanismo institucional, a que urge dar pleno aproveitamento, em benefício de uma cooperação cada vez mais intensa e fecunda.

Em matéria econômica, registro, com fundadas esperanças em seu desempenho, a reativação da Comissão Econômica Luso-Brasileira, que já nos proporcionou os Acordos sobre Cooperação no Domínio do Turismo e sobre Cooperação Econômica e Industrial, a serem assinados por nossos chanceleres. Mas é, sobretudo, à ousadia e à criatividade insubstituíveis do setor privado que incumbe velar pelo florescimento dessas relações.

O modesto valor de nosso intercâmbio comercial constitui permanente desafio a nossas sinceras intenções de elevá-lo a patamares mais altos.

Não obstante a modéstia que timbrei em apontar, injusto seria omitir que, no final da década de 70, havíamos ultrapassado, em larga medida, os índices com que a iniciáramos. É, porém, dever recíproco continuar envidando esforços para superar o progresso alcançado e para transpor, com mútuo benefício, os obstáculos que porventura se oponham a esse objetivo.

Saibamos, ainda, aproveitar as oportunidades que surjam e delas extrair todas as conseqüências positivas.

Nesse sentido, o Brasil espera que o futuro ingresso de Portugal nas Comunidades Econômicas Europeias contribua auspiciosamente para a causa da liberalização das correntes de comércio internacionais e para a melhor distribuição de seus benefícios entre todos os parceiros.

No âmbito da cooperação cultural, sempre houve e haverá um campo fértil a ser trabalhado por brasileiros e portugueses. Graças aos esforços da Comissão Mista Cultural, são cada vez mais promissores os caminhos que se descortinam. Entre tantos outros, já tradicionalmente explorados, ativa-se o intercâmbio entre nossos veículos de comunicação social, permitindo que nossos povos, mercê da expressã comum, melhor se conheçam e se compreendam.

Também no setor tecnológico, acumulam-se as perspectivas de cooperação, mormente nos domínios do estado de fontes alternativas de energia, da petroquímica, da informática e da agricultura. Importa, principalmente, um esforço conjunto de investigação e colaboração para fazermos frente às dificuldades de acesso a tecnologias avançadas, que muitas vezes nos são onerosamente impostas pelos países que as detêm.

Senhor Primeiro-Ministro,

Não nos seria possível falar de cooperação bilateral entre países sem recordar aqueles que constituem o elo vivo de nossas relações: os bravos portugueses que engrandecem, em nossa terra, o nome de Portugal e tanto serviço prestam à causa de nossa aproximação. Contribuem, com atividade incansável, para a prosperidade do país onde são recebidos — permitam-me dizê-lo — com fraterna e merecida hospitalidade. Para eles, sejam quais forem as vicissitudes que o futuro nos queira reservar, as portas do Brasil jamais se fecharão.

Peço a todos que me acompanhem num brinde à felicidade do Senhor Primeiro-Ministro e da Senhora de Pinto Balsemão, à amizade e ao entendimento exemplares existentes entre os povos brasileiro e português, à grandeza e à prosperidade de Portugal.